



UMA PROVOCAÇÃO INTOLERÁVEL

3

Nota do Comité Central do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses sobre o comunicado da Presidência da República concernente ao regresso de Américo Tomás.

A Presidência da República acaba de emitir um comunicado sobre a situação do cabecilha mor do regime fascista, o ex-almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás. O comunicado do actual Presidente da República informa, em síntese, que a Presidência deu instruções «no sentido de se fazer conhecer ao ex-almirante que não existem impedimentos a que, querendo, fixe residência em Portugal», ao mesmo tempo que tomou as providências adequadas ao levantamento do congelamento de contas bancárias de que ele seja titular. O Presidente da República estriba esta insólita medida política em «razões de humanidade», considerando ademais que, consultada a Comissão de Extinção da Pide, nenhum procedimento jurídico foi intentado até agora contra o ex-almirante.

O comunicado do Presidente da República merece do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses:

1. Em nenhum lugar da Constituição — que o Presidente da República jurou integral e escrupulosamente respeitar — está consignado qualquer poder que permita ao general António dos Santos Ramalho Eanes tratar de assuntos desta natureza. Esse é um problema e uma matéria da competência do governo e dos tribunais. Claro está que não temos nem nunca tivemos, como não tem nem nunca teve a classe operária, quaisquer ilusões sobre a inviolabilidade sacrossanta da Constituição, a qual não passa dum papel impresso pela classe dominante destinado a lançar poeira nos olhos dos trabalhadores, e que a mesma classe dominante ou os seus órgãos e dirigentes rasgam consoante lhes apetece. Mas é gostosamente que aproveitamos esta oportunidade para chamar a atenção do povo que os que mais reclamam respeito pela Constituição são precisamente os que menos se preocupam com isso. Uma boa lição prática para convencer os recalcitrantes de ilusões constitucionalistas.

2. Há algumas semanas que a imprensa fascista vem a conduzir uma campanha para impôr o regresso do fantoche Tomás e o descongelamento da sua conta bancária constituída com o produto da exploração dos trabalhadores portugueses. Assim que foi anunciada a próxima visita do general Ramalho Eanes ao Brasil, logo os fascistas portugueses e brasileiros se mancomunaram para exigir a revisão da situação do ex-almirante e ex-presidente. As medidas anunciadas no comunicado de hoje do Presidente da República mostram que ele não sabe nem quer resistir às pressões dos inimigos internos e externos da Democracia e Independência Nacional e que o seu democratismo e patriotismo são da máxima inconsequência.

3. Desde sempre que o nosso Partido exigiu o julgamento popular e a execução pública dos pides e demais responsáveis pelo fascismo, reivindicação política democrática e patriótica da classe operária e de todo o povo português. Por outro lado, desde o 25 de Abril de 1974 que o nosso Partido denunciou a política odiosa do MFA, da Junta de Salvação Nacional, dos sucessivos governos provisórios e do P«C»P social-fascista, consistente em fingir que encarcerava os pides e os responsáveis do fascismo para impedir que eles fossem julgados pelo povo e para lhes proporcionar a fuga. O comunicado do Presidente da República representa um dos últimos actos da política que sempre denunciámos, mostrando como eram e são bem fundadas as nossas razões.

4. O Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses opôs-se sempre à política reaccionária que preparou a fuga dos dirigentes do fascismo. Ontem como hoje, achamos que eles devem ser julgados e não temos dúvidas de que só o povo o poderá fazer e que só o povo o fará. É por isso que, ciente de interpretar os sentimentos de justa indignação do povo português face à impunidade dos principais carrascos e agentes políticos do fascismo, o Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses protesta veementemente contra a medida adoptada pelo Presidente da República, medida que constitui um acto vil e insultuoso da dignidade de

todos os democratas e patriotas e da memória dos mártires revolucionários, como José António Ribeiro dos Santos, tombados às mãos da ditadura colonial-fascista de que o palhaço Tomás foi um dos principais títeres e responsáveis.

5. Numa altura em que, sob a bandeira dos acordos com o FMI se decreta contra o povo trabalhador a fome e a miséria sob o nome de austeridade; numa altura em que, como ainda ontem atónito o povo o ouviu, o Primeiro-Ministro proclama que a austeridade terá ainda de ser mais intensificada, é bastante sintomática e significativa a política que manda descongelar a conta bancária de um dos principais vampiros e parasitas que assolaram o país sob o regime colonial-fascista. Eis mais uma demonstração inequívoca de quem paga a austeridade e quem engorda com ela.

6. A Comissão de Extinção da Pide, cujo responsável foi lá colocado pelo Presidente da República, informa que não foi instaurado qualquer processo ao abrigo da Lei n.º 8 de 25/7/1975 contra o ex-almirante. A conclusão que qualquer democrata e patriota tiraria da informação da Comissão de Extinção da Pide seria a de que, se nenhum processo existe se instaure de imediato e ao abrigo daquela lei (já que não podem dizer que não há lei...), o processo respectivo contra o Tomás, ou, então, contra a própria Comissão. Mas o Presidente da República, manifestamente, raciocinou por outro meridiano, concluindo que, se não há processo é porque não há crime. Lógica surpreendente, mas não inesperada.

7. O único mérito, todavia, do comunicado do Presidente da República está em que mostra que, se ele não dispõe nem de coragem nem do patriotismo de defender o julgamento do Tomás, muito menos o fizeram os social-fascistas do P«C»P que, invocando sempre os seus rotos pergaminhos «anti-fascistas», não só deram a fuga para o Brasil aos principais responsáveis do fascismo como se recusaram, contra a exigência do proletariado e do povo, a instaurar-lhes qualquer processo e a levá-los a qualquer julgamento. Note-se que a Comissão de Extinção da Pide foi inteiramente controlada pelo P«C»P até ao fim de 1975. Uma comprovação mais de que fascistas e social-fascistas são irmãos consanguíneos e são herdeiros universais do mesmo legado de repressão e exploração do povo.

8. O Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses protesta uma vez mais contra a política constante do comunicado de hoje da Presidência da República, opõe-se firmemente ao descongelamento da conta bancária do ex-almirante e exige a sua prisão e julgamento imediato, com a condenação conforme a brutalidade dos crimes que cometeu e do terrorismo que legitimou, assim que o referido patife ponha os pés em terra portuguesa.

Lisboa, 11 de Maio de 1978

Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses